

17 de maio de 2018

Ref.: Projeto de resolução da Assembleia Geral sobre a “Melhora da Eficácia do Conselho de Direitos Humanos”

Nossas organizações estão profundamente preocupadas com o fato que a continuidade de um projeto de resolução circulado pelos Estados Unidos, intitulado “Melhora da Eficácia do Conselho de Direitos Humanos”, possa enfraquecer o Conselho de Direitos Humanos, ao invés de fortalecê-lo.

Nossas organizações estão comprometidas com um Conselho de Direitos Humanos acessível, confiável e efetivo, particularmente do ponto de vista dos detentores de direitos, defensores e vítimas/sobreviventes de violações. Embora existam elementos do projeto de resolução que possam contribuir para esse objetivo, estamos preocupados com o fato que as mudanças propostas na agenda do Conselho possam diminuir sua capacidade de lidar com situações por país por meio de uma resposta individualizada de maneira adequada, e não parecem prever que o Conselho aborde em sessões plenárias questões fundamentais sobre cooperação, represálias ou Revisão Periódica Universal.

Ademais do conteúdo, nossa maior preocupação é que, diante do atual clima político, consideramos que existem dois riscos significativos:

1. É altamente provável que a resolução seja sujeita a emendas hostis que busquem enfraquecer o Conselho, inclusive quanto à sua capacidade de agir de maneira eficaz nas situações por país e quanto à participação da sociedade civil. Caso essas alterações recebam apoio suficiente, os copatrocinadores perderão a capacidade de retirar a resolução da pauta. O resultado da votação da resolução 37/23 do CDH (resolução da China sobre “cooperação mutuamente benéfica”) oferece um forte indicador do nível de apoio que tais emendas podem receber, e
2. É provável que a resolução encontre oposição significativa e, caso adotada, seja aprovada apenas por uma margem estreita. Em nossa opinião, as reformas institucionais devem partir do consenso ou, ao menos, de um enorme apoio de diversas regiões. Quaisquer mudanças na instituição com oposição significativa carregam um risco de diminuir o prestígio e a integridade da mesma, dão aos Estados a prerrogativa de não cooperarem e contribuem para reforçar polarizações.

Além do exposto acima, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos nomeou cofacilitadores da Divisão para liderarem um processo de longo prazo para melhorar a eficácia do Conselho. As consultas informais, lançadas em 12 de abril, contam com apoio e participação de diversas regiões. Durante a primeira rodada de consultas, realizada em 3 de maio, várias delegações apresentaram propostas construtivas e outras consultas estão programadas ao longo do ano. O projeto de resolução da Assembleia Geral (AG) provavelmente levará ao enfraquecimento e/ou descontinuidade desses processos para fortalecer o Conselho de Direitos Humanos e aumentar sua eficiência. Além disso, um passo no sentido de modificar o trabalho do Conselho na AG enquanto as negociações ocorrem em Genebra é contrário ao espírito de trabalho entre a AG e o Conselho. Essa iniciativa, seja ela bem-sucedida ou não, corre o risco de estabelecer o perigoso precedente de enfraquecer o Conselho na AG.

Qualquer processo para melhorar a eficácia do Conselho deve centrar-se principalmente no reforço de sua contribuição para a promoção e proteção dos direitos humanos. Por conseguinte, deve partir das experiências e conhecimentos especializados dos atores em âmbito nacional e regional - ou seja, o seu impacto no terreno -, incluindo detentores de direitos, defensores de direitos humanos, instituições

nacionais de direitos humanos e outras partes interessadas relevantes, a fim de gozar de credibilidade e legitimidade. Um recente relatório, intitulado “[Fortalecimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU a partir da base](#)”, foi desenvolvido após consultas envolvendo um grupo de Estados de diversas regiões, atores da sociedade civil e especialistas com experiência e influência no Conselho de Direitos Humanos, e apresenta uma série de recomendações concretas e aplicáveis que melhorariam a eficácia do Conselho sem os riscos associados à presente proposta.

Desta forma, e dado o clima político atual, nossas organizações solicitam que seu governo não apoie a apresentação deste projeto de resolução, mas se comprometa a melhorar o Conselho por meio de liderança e iniciativas baseadas em princípios, de acordo com as recomendações do relatório acima mencionado.

Signatários:

1. Anistia Internacional
2. ARTIGO 19
3. Asian Forum for Human Rights and Development (Forum-Asia)
4. The Asian Legal Resource Center
5. Cairo Institute for Human Rights Studies (CIHRS)
6. Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)
7. Child Rights Connect
8. Conectas Direitos Humanos
9. DefendDefenders (the East and Horn of Africa Human Rights Defenders Project)
10. Human Rights Watch
11. International Commission of Jurists (ICJ)
12. Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH)
13. International Humanist and Ethical Union (IHEU)
14. The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)
15. Serviço Internacional de Direitos Humanos (ISHR)
16. International Women’s Health Coalition
17. OutRight Action International
18. Urgent Action Fund for Women’s Human Rights